

Quinta-Feira, 19 de Fevereiro de 2026

Anistia "light": entenda proposta que exclui Bolsonaro de perdão por 8/1

Segundo apuração da CNN, Planalto e ala do Supremo sinalizaram que aceitariam um projeto menos radical

Nesta terça-feira (16), a pauta da anistia deve voltar a entrar em evidência no Congresso Nacional. Poucos dias após o STF (Supremo Tribunal Federal) condenar o ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) por tentativa de golpe de Estado e outros quatro crimes, o presidente da Casa Legislativa, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), deve conduzir uma reunião de líderes em que, com certeza, a anistia será trazida à tona.

De acordo com uma apuração do analista da **CNN** Caio Junqueira, uma parte do STF e o Palácio do Planalto, sinalizaram que entrariam em acordo no que diz respeito ao projeto, se uma versão mais "light" dele fosse apresentada.

A oposição, principalmente os parlamentares mais aliados ao ex-presidente, [tentam emplacar uma votação do texto desde o início deste ano](#).

O novo projeto conflita com os interesses destes parlamentares, justamente por excluir Bolsonaro desse perdão.

O que é anistia

Prevista no Código Penal brasileiro, a anistia é uma forma de extinção da punibilidade de um crime. Ou seja, é a concessão de um perdão a um delito cometido por um brasileiro ou um grupo de brasileiros.

A Constituição estabelece, no entanto, que crimes hediondos não podem ser anistiados. Neste caso, estão delitos como: homicídio, tráfico de crianças, estupro, genocídio, tortura, tráfico de drogas e terrorismo.

Projeto menos abrangente

[Essa "anistia light"](#) se diferencia do projeto original porque não imporia um perdão judicial, como deseja parte dos bolsonaristas. Dessa forma, não teria um impacto tão grande nas penas aplicadas a [Bolsonaro e todos os outros condenados na última quinta-feira \(11\)](#), mas mexeria na situação dos julgados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Isso porque hoje a lei prevê pena de 4 a 8 anos para o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, e de 4 a 12 anos para tentativa de golpe de Estado, por exemplo. A partir do novo texto, além de reduzir essas penas, ele consideraria que a punição para abolição do Estado Democrático de Direito seria agravada se cometida diante tentativa de golpe de Estado, que é o caso do ex-presidente.

O projeto repaginado envolveria, principalmente, quatro aspectos:

- Redução de penas para crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito;
- Agravamento da pena se a abolição violenta do Estado Democrático de Direito for cometida mediante tentativa de golpe de Estado;
- Criação de um tipo penal específico, com penas menores, para quem comete crimes contra a democracia influenciado por multidão, mas sem ter exercido papel de liderança ou financiamento;
- Aumento da pena para quem liderar atos antidemocráticos.

Anistia ampla e irrestrita

Os condenados pelo 8 de janeiro tiveram a pena imputada a partir dos crimes de associação criminosa, abolição do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Desde então, aliados de Bolsonaro vem defendendo um projeto para anistiar todos os envolvidos nos ataques aos três poderes.

[O texto do Partido Liberal \(PL\)](#), perdoa quem praticou crimes políticos ou eleitorais, sendo manifestantes, caminhoneiros, empresários e todos os que tenham participado de manifestações nas rodovias nacionais, em frente a unidades militares ou em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta futura lei.

Na prática, o texto não beneficia Jair Bolsonaro, mas a intenção da oposição é que o perdão se estenda ao ex-chefe do Executivo, para que ele retome a elegibilidade e possa disputar as eleições no próximo ano.

[Manoela Carlucci](#), da CNN, São Paulo